XXVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HIDRÍCOS

A construção da representação das mulheres nos Comitês de Bacia: experiências do rio Jequitinhonha

Fernando S. C. Meirelles[1], Aline de Matos Tavares[2], Danielli Tolentino Latini[3], Juliana Naime de Araujo[4] e Maria Clara Buschini Brentano[5]

Abstract: Women's participation in water resources management should be guaranteed and play a central role, according to the Dublin-Rio Principles of 1992. However, this is not the case in Brazil, with women acting as representatives of users, municipalities, governments and civil society, but not from the point of view of women in the basin. The article presents a proposal to include women in the management committees of the Jequitinhonha river basin, a federally managed watercourse located in the states of Minas Gerais and Bahia. The process of building this participation and the lessons learned are described, highlighting the conflicts between the uses of water resources, the difficulty of articulating and forwarding demands and the need for training to participate in these collegiate bodies.

Resumo: A participação da mulher na gestão dos recursos hídricos deveria ser garantida e ter papel central, de acordo com os Princípios Dublin-Rio, de 1992. No entanto, isso não ocorre no Brasil, existindo mulheres que atuam como representantes de usuários, prefeituras, governos e sociedade civil, mas não pelos pontos de vistas das mulheres da bacia. O artigo apresenta uma proposta de inserção de representação nos comitês de gerenciamento da bacia do rio Jequitinhonha, curso de água de gestão federal situado nos estados de Minas Gerais e Bahia. São descritos o processo de construção dessa participação e as lições aprendidas destacando os conflitos entre os usos dos recursos hídricos, a dificuldade de articulação e encaminhamento de demandas e a necessidade de capacitação para participar desses colegiados.

Palavras-Chave – Gestão de recursos hídricos, mulheres, Jequitinhonha

INTRODUÇÃO

Em 1992, o Brasil participou da Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente, que ocorreu em Dublin e estabeleceu princípios e recomendações para a gestão de recursos hídricos (UNEP, 1992). O princípio n° 3 de seu documento final estabelece que:

[1] Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH/UFRGS, Av. Bento Gonçalves, 9500 Cx Postal 15029, CEP 91.501-970, Porto Alegre/RS. fernandomeirelles@gmail.com
[2] Cientista Socioambiental - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) alinetavares.csa@gmail.com
[3] Cientista Socioambiental - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) danit.latini@gmail.com
[4] Geógrafa - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) jujunaime@ufmg.br
[5] Mestranda em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) clarabrentano@ufmg.br

> *As mulheres desempenham um papel central no fornecimento, gestão e proteção das águas. Este papel central das mulheres como provedoras e usuárias da água e guardiãs do ambiente em que vivem raramente tem sido refletido nos arranjos institucionais para o desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos. A aceitação e implementação deste princípio exige políticas positivas para atender às necessidades específicas das mulheres e equipar e empoderar mulheres para participar em todos os níveis nos programas de recursos hídricos, incluindo a tomada de decisões e implementação, de maneira definida por elas mesmas (UNEP, 1992).*

Ratificados na Rio-92, passaram a ser denominados Princípio de Dublin-Rio, abrindo o caminho para as iniciativas que consideram a importância das mulheres e da água.

Apesar de signatário das duas conferências, o Brasil caminha a passos lentos para desenvolvimento de políticas sensíveis a esses princípios. A própria Lei 9433/97, que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos do país, mesmo publicada cinco anos após a Rio-92, não destaca nenhum papel central para a mulher na gestão dos recursos hídricos, embora tenha assegurada, acertadamente, a representação de comunidades indígenas quando pertinente.

O Projeto Rio Lilás - a gestão das águas da bacia do rio Jequitinhonha pelas mulheres, surge nesse contexto, tendo por objetivo viabilizar a participação das mulheres nos Comitês de Bacia Hidrográfica existentes na bacia. Com duração de quatro anos, trabalhou com mulheres de diferentes instituições para a formação de lideranças capazes de buscar uma candidatura aos comitês e levar para as discussões nesses colegiados os problemas, as angústias, incertezas e propostas de solução do ponto de vista das mulheres.

Desenvolvimento

O Vale do Jequitinhonha, situado no nordeste de Minas Gerais e sudeste da Bahia, é uma região de características semiáridas, marcada pela escassez hídrica, pela irregularidade das precipitações e pela baixa fertilidade dos solos em grande parte do seu território. Esses fatores naturais são agravados por atividades econômicas impactantes sobre os recursos hídricos, como a mineração e a expansão de monoculturas de eucalipto, resultando em redução dos recursos hídricos e a perda da biodiversidade local. Esse cenário acentua as vulnerabilidades socioeconômicas históricas, com impactos diretos sobre a agricultura familiar, a segurança hídrica e a qualidade de vida da população. É comum a migração da mão de obra para trabalhos sazonais na agricultura de outros municípios e outros estados, especialmente de homens, gerando um quadro desequilibrado entra e população masculina e feminina, que passa a ser muito superior. Ainda assim, o território se destaca pela resistência de suas comunidades, mobilização social e pela riqueza cultural que expressa sua identidade histórica única.

Em termos de gestão dos recursos hídricos, existem três comitês mineiros, cobrindo a totalidade da bacia em Minas Gerais, mas não existe um comitê baiano e nem o comitê federal para essa bacia.

Dentro desse quadro social, teve origem o Fórum da Mulher do Vale do Jequitinhonha, que desde 2000 discute temas de interesse das mulheres em eventos anuais, dos quais participam centenas de mulheres de diferentes municípios do Jequitinhonha mineiro.

O projeto Rio Lilás foi desenvolvido entre 2020 e 2025, utilizando como base essa mobilização do Fórum de Mulher. Nos primeiros anos do projeto, buscou-se avaliar, na prática, a validade e a aplicabilidade do Princípio de Dublin-Rio nº 3, a partir dos olhares e vivências das mulheres que ocupam os territórios da bacia registrados por meio de entrevistas semiestruturadas, adequadas para compreender as percepções, memórias e vivências das mulheres mineiras acerca dos recursos hídricos em uma abordagem qualitativa, sensível e participativa. Essas entrevistas funcionaram como

provocadoras de reflexões, resgate de memórias e compartilhamento de histórias de vida. Foram realizadas um total de 38 entrevistas, sendo parte delas em momentos de conversas coletivas, algumas presenciais e outras na modalidade virtual. Posteriormente, foi realizado um momento de devolutiva para apresentar as conclusões encontradas.

As lacunas e fragilidades sobre o conhecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos foram a base para o processo de capacitação das lideranças. A capacitação foi realizada em diferentes datas e locais da bacia, visando favorecer o deslocamento das mulheres, respeitando os diferentes calendários observados na bacia (eventos, feiras, datas religiosas, atividades agrícolas, calendário escolar etc.), considerando as múltiplas atividades sob responsabilidade das mulheres.

Para formação e o fortalecimento técnico e político das mulheres para sua atuação nos espaços de gestão, especialmente nos Comitês de Bacia Hidrográfica, foram realizadas oficinas e elaboração de materiais educativos, como o "Guia da Mulher das Águas" e o "Almanaque do Rio Lilás", entre outras atividades voltadas para ampliar o acesso à informação e promover a autonomia no exercício da participação política. O "Guia da Mulher das Águas" é um manual direcionado às potenciais participantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica, com linguagem acessível e abordagem acolhedora, visa esclarecer o funcionamento dos colegiados, as responsabilidades de seus membros e, sobretudo, oferecer orientações práticas para que mais mulheres possam se sentir preparadas e confiantes para participar ativamente desses espaços. Outro material de linguagem acessível sobre gestão de recursos hídricos foi o Almanaque do Rio Lilás, também com o objetivo de facilitar o diálogo com o público-alvo, composto não apenas para mulheres diretamente envolvidas, mas também por escolas, bibliotecas, associações comunitárias da região e qualquer outra pessoa interessada no assunto.

O projeto foi sendo continuamente apresentado às mulheres nos diferentes encontros realizados pelo Fórum da Mulher, que sofreu descontinuidade anal por conta da epidemia de Covid19. Como estratégia para mobilização e fortalecimento do vínculo com o grupo, foi realizada uma série de encontros virtuais, além de uma mesa de discussão presencial no Fórum da Mulher de Almenara, na qual foram apresentados os objetivos do projeto, os avanços alcançados até então e o convite para a participação no futuro encontro de capacitação.

Em um dos encontros virtuais, foi realizada uma simulação com fins didáticos para instruir, preparar e familiarizar os participantes com o processo de votação de pautas em um Comitê de Bacia Hidrográfica. A iniciativa também teve como objetivo reforçar a importância do conselho e destacar os temas que são objeto de deliberação nesse espaço.

Como símbolo da coletividade e da conexão das participantes com o território, foi produzido um bordado representando as bacias dos rios Araçuaí e Jequitinhonha, entrelaçando elementos simbólicos e temáticos debatidos ao longo do projeto. Ao ser confeccionado de forma compartilhada, passando de mão em mão, esse bordado constituiu uma síntese material e afetiva do trabalho desenvolvido, evidenciando o caráter coletivo da construção do conhecimento. Cabe ressaltar que essa representação cultural expressa a força e a vinculação das mulheres com o território, vínculo que se configura como o principal motor de sua luta. Símbolos identitários, como as lavadeiras e o casarão de Minas Novas, foram incorporados à composição, reforçando a dimensão simbólica e afetiva do processo.

Por fim, em março de 2025, foi realizada a etapa de Integração, que consistiu em um encontro presencial na cidade de Belmonte (BA), na foz do Rio Jequitinhonha no Oceano Atlântico. Para essa etapa, foram reunidas mulheres de diferentes municípios mineiros da bacia, com perfis diversos (agricultoras, lideranças comunitárias e técnicas, professoras, políticas e artesãs), todas com interesses na gestão dos recursos hídricos. Cada convidada foi mobilizada a partir do reconhecimento de seu papel no território e na defesa dos rios e de sua capacidade de exercer a representação das mulheres em uma eventual candidatura aos comitês de bacia.

As anfitriãs das mulheres mineiras foram as mulheres baianas da Associação de Pescadoras e Marisqueiras de Belmonte (APMB), que compartilharam como suas atividades e formas de vida foram e ainda são diretamente impactadas por problemas gerados em outras porções do rio. As mulheres da APMB mostraram os resultados de sua luta pela busca de direitos e os ganhos obtidos com a utilização de compensações ambientais de empreendimentos da região, que permitiram a construção de espaços físicos e o desenvolvimento de ações de capacitação e desenvolvimento das mulheres, com reflexos significativos na geração de renda. Por outro lado, as mulheres mineiras tinham mais conhecimento sobre a gestão dos recursos hídricos e a situação do rio Jequitinhonha, embora não tivessem ganhos semelhantes às baianas a partir de medidas de compensação ambiental.

Esse encontro representou não apenas uma oportunidade de aprendizado e reconhecimento mútuo, mas também a soma de forças, conhecimentos e experiências entre mulheres da Bahia e de Minas Gerais, reforçando laços afetivos, políticos e territoriais em defesa da gestão das águas do Jequitinhonha. A ida até a foz do rio Jequitinhonha, com acolhimento por outro coletivo de mulheres, representou a etapa final de uma metodologia que buscou integrar as mulheres te toda a bacia, promovendo a unificação de uma voz ativa e coletiva das mulheres em defesa das águas.

LIÇÕES APRENDIDAS

Ao final do projeto Rio Lilás, dentre as lições aprendidas, algumas merecem destaque. Sempre foi realizada a confrontação entre o que era relatado pelas mulheres e o que havia sido registrado em trabalhos anteriores, visando qualificar os relatos.

As percepções das mulheres sobre a gestão das águas no Vale do Jequitinhonha apresentam pontos em comum e diferenças marcantes entre as regiões mineira e baiana. Em Minas Gerais, observa-se uma articulação mais consolidada entre os diversos territórios que compõem o vale, fortalecendo um sentimento coletivo de pertencimento à identidade do Vale do Jequitinhonha.

Já na Bahia, embora as mulheres também se mostrem politicamente engajadas e organizadas, a conexão com os espaços formais de gestão da água é menos presente. Um reflexo disso é a ausência de um comitê que atenda à porção baiana do Rio Jequitinhonha, realidade que se insere em um contexto mais amplo de dificuldades históricas de implementação desses comitês no Nordeste do país. Estudos de Franco e Castro (2024) apontam que os entraves enfrentados na região envolvem limitações técnicas, carência de recursos financeiros e baixa priorização política, o que compromete a criação e o funcionamento efetivo desses colegiados

Ainda que ambas as regiões compartilhem desafios como os impactos da monocultura do eucalipto, em Minas Gerais destaca-se a presença da mineração como vetor de conflito ambiental, enquanto na Bahia os efeitos diretos sobre a água, como a redução da vazão e a quantidade e qualidade da água, tornam-se mais perceptíveis, especialmente devido à influência da Usina Hidrelétrica de Itapebi.

Dificuldade de encaminhamento dos conflitos de uso da água

Após as entrevistas realizadas na etapa de identidade do projeto Rio Lilás, foi possível observar diversos relatos que evidenciam os conflitos pelo uso da água. Tais conflitos, de acordo com as entrevistadas, estavam relacionados principalmente aos empreendimentos de grande porte - sobretudo as monoculturas de eucalipto e usinas hidrelétricas - estabelecidas na região. De modo geral, a situação hídrica atual apresenta-se significativamente distinta daquela vivenciada pelas participantes no passado, evidenciando uma problemática mais complexa do que a mera gestão das características

ecológicas. As entrevistas indicaram três principais problemas: queda da vazão, quantidade e qualidade da água dos córregos e rios.

A Usina de Irapé foi frequentemente citada nos relatos e representa um caso emblemático de conflito socioambiental, marcado por denúncias dos moradores sobre a deterioração da qualidade da água após o enchimento do reservatório, incluindo odores desagradáveis e rejeição pela fauna, comprometendo sua potabilidade. Laschefski e Zhouri (2011) destacam o descompasso entre os pareceres oficiais, que classificavam a água como de boa qualidade, e a percepção local. Os impactos desse conflito são uma realidade ainda latente para diversas comunidades, tendo em vista que a instalação do empreendimento, e posterior operação, provocou um colapso das formas tradicionais de organização do modo de vida camponês marcado, sobretudo, pela agricultura familiar (Costa; Galizoni, 2020).

No município de Salto da Divisa, o alagamento decorrente da implantação da Usina Hidrelétrica de Itapebi resultou na submersão de um importante atrativo turístico natural — uma expressiva queda d'água — comprometendo significativamente a paisagem local. Essa descaracterização ambiental acarretou impactos diretos sobre a economia regional, especialmente no setor de turismo, além de ter contribuído para a potencial perda de um patrimônio cultural imaterial associado ao lugar.

A Associação de Pescadoras e Marisqueiras de Belmonte (APMB) relatou que não é contemplada pelo programa ambiental de mitigação vinculados à usina de Itapebi. No entanto, os relatos das marisqueiras e pescadoras da região destacam a redução significativa da oferta de pescado, bem como o desaparecimento de espécies típicas de águas profundas, anteriormente abundantes, indicando alterações ecológicas com repercussões diretas sobre a segurança alimentar e a subsistência da comunidade.

Além disso, observou-se prejuízos decorrentes da atual dinâmica de gestão e operação do reservatório de Itapebi, especialmente no que se refere à vazão de turbina, que afetam diretamente a atividade pesqueira local. Nesse aspecto, é evidente a necessidade de fortalecer os mecanismos de participação social dentro dos espaços colegiados, tendo em vista a dificuldade do diálogo independente entre atingidos e os empreendimentos, externos às esferas de gestão, que é frequentemente inviável.

De acordo com os estudos de Villalba e Gonçalves (2024), os impactos decorrentes de empreendimentos hidrelétricos podem se estender até a foz dos rios, afetando de maneira direta e indireta tanto os ecossistemas quanto as populações humanas a jusante. O caso citado apresenta-se como uma evidência que contribui para essa conclusão. Nesse contexto, a dificuldade de resolução dos conflitos relacionados ao uso dos recursos hídricos revela a necessidade de uma abordagem integrada de gestão da bacia hidrográfica, que ultrapasse os limites estaduais e inclua a esfera federal.

Desafios à implementação dos comitês de bacias hidrográficas na região Nordeste

Durante a fase de integração do projeto, um dos encaminhamentos definidos foi a necessidade de criar um Comitê de Bacia Hidrográfica de domínio federal, visto que a bacia abrange mais de um estado e enfrenta desafios que ultrapassam as fronteiras e exigem gestão articulada e integrada.

Nesse cenário, Morais, Fadul e Cerqueira (2018) apontam que os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) no Nordeste enfrentam limitações como a falta de autonomia financeira, ausência de cobrança pelo uso da água e baixa participação social, fatores agravados pela dependência dos governos estaduais e fragilidade política, apesar do engajamento técnico. De forma semelhante, Bell, Nascimento e Marchetto (2018), ao analisarem a bacia do rio Machado no Norte, destacam a baixa mobilização social e o desconhecimento das políticas de gestão hídrica como entraves. Esses desafios se refletem na implementação do CBH federal do Jequitinhonha, que enfrenta simultaneamente

limitações estruturais, políticas e sociais, evidenciando a importância da capacitação e da necessidade de manter ações permanentes de formação e engajamento dos atores locais.

As dificuldades de gênero na participação pública e nos espaços de gestão

A participação pública das mulheres em políticas e espaços de gestão, especialmente na área de recursos hídricos, ainda enfrenta significativas barreiras estruturais e culturais, que comprometem a efetiva democratização desses processos. A gestão participativa da água, consolidada no Brasil a partir da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e operacionalizada pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), tem como princípio a inserção de diversos atores sociais, incluindo representantes do poder público, usuários e sociedade civil, através de instâncias como os conselhos e comitês de bacia hidrográfica. No entanto, apesar do caráter participativo formal dessas estruturas, observa-se a persistência de desigualdades de gênero que dificultam a inserção das mulheres nesses espaços decisórios.

A tese de Oliveira (2023), a partir de um estudo de caso utilizando o CBH Rio das Velhas como referência, mostra que os cargos de liderança nos comitês costumam ser ocupados por homens, geralmente brancos e de meia-idade, o que reflete uma estrutura de poder desigual.

As mulheres, ao ingressarem nesses ambientes, frequentemente se deparam com hierarquias rígidas e com a resistência à sua inclusão nas esferas de poder, que seguem marcadas por uma lógica predominantemente masculina. Como aponta Abers (2010), os organismos de bacia tendem a reproduzir uma dinâmica social na qual as mulheres ocupam funções de suporte, enquanto os homens detêm as posições de decisão. Esse quadro resulta em uma sub-representação feminina: a presença das mulheres nos comitês de bacia corresponde, em média, a apenas 20% do total de membros, sendo rara a inversão dessa proporção.

O estudo de Oliveira (2023) aponta que o feminismo decolonial, usado como base teórica pela autora, ajuda a entender essa realidade: ele mostra como a sociedade historicamente desvaloriza os saberes das mulheres, especialmente as negras, indígenas e periféricas, e também o papel do cuidado e da experiência prática com a água. Para mudar isso, não basta apenas incluir mulheres nos comitês. É preciso transformar as formas de participação e representação, valorizando os saberes diversos e criando espaços verdadeiramente acolhedores e igualitários.

Embora estudos indiquem um aumento gradual da participação feminina nos órgãos gestores da água ao longo dos anos, esse crescimento nem sempre se traduz em efetiva ocupação de cargos decisórios. Muitas mulheres, quando conseguem adentrar esses espaços, são relegadas a funções secundárias, relacionadas a atividades logísticas ou administrativas, que não envolvem o poder de decisão sobre políticas e ações de gestão hídrica.

Diversos fatores contribuem para a permanência dessas barreiras. A sobrecarga imposta pela divisão sexual do trabalho é uma das principais limitações: a responsabilidade pela coleta de água, pelos cuidados com a família e pelas tarefas domésticas consome grande parte do tempo das mulheres, especialmente em contextos de escassez hídrica, reduzindo as possibilidades de engajamento em atividades políticas e participativas. Além disso, obstáculos como a falta de escolaridade, a dificuldade de acessar formação especializada, e a dependência financeira dos maridos ou companheiros comprometem a autonomia das mulheres para frequentar reuniões ou se qualificar para cargos técnicos e de gestão.

Embora haja mulheres altamente qualificadas que conseguem se inserir nos comitês de bacia, conforme aponta Abers (2010), esse ingresso se dá majoritariamente por meio do reconhecimento

técnico, e não enquanto representantes das comunidades ou enquanto gestoras do território e da água, mas são valorizadas “graças ao seu conhecimento técnico, não como gestoras da água” (Rosa et al., 2022). Diante desse cenário, é fundamental compreender que

> *A tarefa das mulheres não deve ser apenas no contato e utilização do recurso, como também na gestão, que envolve participar na criação de teorias e práticas para melhor utilização e preservação da água e na luta para incorporar seus direitos e visões nas políticas sobre o assunto (Rosa et al., 2022).*

Superar essas barreiras exige, portanto, o reconhecimento da importância da participação plena e efetiva das mulheres na gestão das águas, não apenas como usuárias do recurso, mas como protagonistas na formulação de políticas, na produção de conhecimento e na definição de práticas sustentáveis. Compreender os fatores que dificultam essa participação é fundamental para subsidiar a criação de políticas públicas que promovam a equidade de gênero na gestão dos recursos hídricos e assegurem que as necessidades específicas das mulheres sejam consideradas na formulação de soluções para os desafios ambientais.

As mulheres possuem conhecimentos práticos e experiências ligadas ao cuidado com a água, que são fundamentais para a sustentabilidade dos territórios. Quando esses saberes são reconhecidos e integrados aos espaços de decisão, como os Comitês de Bacia Hidrográfica, promovem-se formas mais justas e sensíveis de gestão. Como demonstra Oliveira (2023), ao adotar uma perspectiva do feminismo decolonial, a presença feminina nesses espaços permite não apenas ampliar a representatividade, mas também transformar as estruturas de poder, trazendo contribuições concretas para a proteção das águas e o fortalecimento das comunidades, ressaltando o papel crucial que as mulheres desempenham no fornecimento sustentável de recursos hídricos.

CONCLUSÃO

No contexto do Vale do Jequitinhonha estudado aqui, a exclusão das mulheres dos espaços de gestão das águas acentua desigualdades históricas e invisibiliza saberes que são fundamentais para a gestão das águas. Por meio de ações voltadas à escuta, formação e articulação política, o projeto evidencia que a participação ativa das mulheres nos espaços de tomada de decisões não apenas amplia a representatividade nos CBHs, como também contribui para uma gestão mais socioambiental e sensível às diferentes realidades dos territórios e às necessidades da população, fortalecendo a gestão perante às crises hídricas e ambientais vivenciadas na região.

É importante destacar que o projeto atuou com mulheres que já ocupavam espaços de liderança, compreendendo a distinção entre representação e representatividade. Nesse contexto, reconhece-se que uma mulher não fala por outras apenas por ser mulher, mas sim quando possui um diálogo direto e ativo com um grupo feminino específico. Segundo Moscovici (1961), a representação social é uma forma de conhecimento que orienta comportamentos e estabelece a comunicação entre os indivíduos. Assim, a legitimidade de um representante pode ser construída a partir das práticas sociais e do reconhecimento coletivo. Desse modo, trata-se de mulheres que detêm a "maturidade" necessária para participar da gestão, representando coletivos organizados, como grupos de enfrentamento à violência contra a mulher, lavadeiras e outros.

Na porção baiana, por exemplo, a articulação presente na Associação das Marisqueiras e Pescadoras de Belmonte (AMPB) exemplifica essa maturidade para a gestão e a potencialidade da representatividade, uma vez que, ao ocupar uma cadeira no comitê, a representante efetivamente falará em nome de um coletivo de mulheres.

Importa destacar que a representação social se dá, muitas vezes, por vias informais, nas quais o indivíduo que assume a função de porta-voz não possui um título ou autorização formal, mas é

reconhecido, na prática, como legítimo representante. Esse reconhecimento, embora não oficializado, confere autoridade suficiente para que tal pessoa atue em nome do coletivo, sobretudo em contextos comunitários, tradicionais ou em movimentos sociais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao apoio financeiro de Deputada Federal Áurea Carolina (PSol – MG) e ao apoio administrativo da Universidade Federal de Minas Gerais, através da Pró-Reitoria de Cultura, para a execução do Projeto Rio Lilás: a gestão das águas pelas mulheres - identidade, capacitação e integração. Este trabalho foi construído e é dedicado aos encantos do Vale do Jequitinhonha, sobretudo ao forte coletivo de mulheres que conhecemos.

Referências:

BELL, Andrew; NASCIMENTO, Thiago Emanuel P. F.; MARCHETTO, Margarida. Os desafios para implementação dos Comitês de Bacia na região Amazônica: estudo de caso na Bacia do Rio Machado/RO. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS**, XVIII, 2018. Anais [...]. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2018. Disponível em: www.abrh.org.br. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 470, 9 jan. 1997.

COSTA, P. de C., & GALIZONI, F. M. (2020). À Margem de Irapé: consequências da barragem no rio Jequitinhonha uma década após sua implantação. evista Espinhaço, 9(1). https://doi.org/10.5281/zenodo.3937478

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. Desenvolvimento, água e mudança social: experiências no Vale do Jequitinhonha. In: Souza, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). *Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

MORAIS, José Luciano Mendonça; FADUL, Élvia; CERQUEIRA, Lucas Santos. Limites e desafios na gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas: um estudo nos estados do nordeste do Brasil. *Revista Eletrônica de Administração (REAd)*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 238-264, jan./abr. 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.187.67528. Acesso em: 7 jun. 2025.

MOSCOVICI, Serge. *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

OLIVEIRA, Thaís Zimovski Garcia de. *Experiências políticas de mulheres com a água: organizando relações hidrossociais à luz do feminismo decolonial.* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/56179. Acesso em: 4 jun. 2025.

ROSA, A. B. da S.; GUIMARÃES, C. M. C.; FONSECA, D. A. *Mulheres e águas: reflexões sobre a participação feminina na gestão dos recursos hídricos.* Revista Brasileira de Recursos Hídricos, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: https://www.abrh.org.br. Acesso em: 4 jun. 2025.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *Global Chemicals Outlook II: From Legacies to Innovative Solutions – Implementing the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Nairobi: UNEP, 2019. Disponível em: https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/30961. Acesso em: 30 maio 2025.

VILLALBA, Kelvin Sojo; GONÇALVES, Mário Jorge de Souza. Avaliação na foz de bacias hidrográficas com barragens: o risco da ocupação de regiões costeiras, em função dos efeitos antrópicos. Anais do Congresso Brasileiro de Geologia, v. 9, 2024. Disponível em: https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1738384208_ARQUIVO_c7e7093ac5d23766a3640194834160f5.pdf.